
DIREITO
DO ESTADO
EM DEBATE

Conselho Editorial

Adriane Reis de Araújo
Aldacy Rachid Coutinho
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Celso Luiz Ludwig
Érica de Oliveira Hartmann
Eros Belin de Moura Cordeiro
Eroulths Cortiano Junior
Fernando Borges Mânica
Fernando Campos Scaff
Guilherme Roman Borges
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Jair Lima Gevaerd Filho
Joe Tennyson Velo
Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
José Anacleto Abduch Santos
José Antonio Peres Gediel
Jozélia Nogueira
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Luiz Osório Moraes Panza
Manoel Caetano Ferreira Filho
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Miguel Gualano de Godoy
Paulo Ricardo Schier
Ricardo Saavedra Hurtado
Rodrigo Luís Kanayama
Rodrigo Xavier Leonardo
Roland Hasson
Safira Orçatto Meirelles do Prado
Sandro Marcelo Kozikoski
Sérgio Cruz Arenhart

Comissão Editorial

Ana Cláudia Bento Graf
Audrey Silva Kyt
Leila Cuéllar
Luyza Marks de Almeida
Vinícius Klein

Coordenadoria de Estudos Jurídicos da PGE-PR

Leila Cuéllar

DIREITO DO ESTADO EM DEBATE

REVISTA JURÍDICA

DA PROCURADORIA-GERAL

DO ESTADO DO PARANÁ

2015

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Neuza Lúcia Staub CRB 9/763

REVISTA JURÍDICA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO
PARANÁ. Curitiba : PGE, 2015

v. 6 - 2015

ISSN : 2316-3070

1. DIREITO – PERIÓDICOS. I. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
DO PARANÁ.

CDD - 340.05

CDU - 35(05)

As opiniões e os entendimentos externados nos artigos, na jurisprudência comentada e na produção jurídica/peça judicial são de responsabilidade exclusiva dos autores, não se confundindo com os adotados pelo Conselho Editorial, Comissão Editorial ou pela instituição Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.

Todos os textos aqui publicados foram aprovados pelo sistema ‘double blind peer review’ por dois professores membros do Conselho Editorial, sem interferência da Comissão Editorial.

comissaoeditorial@pge.pr.gov.br



Antônia Schwinden (Coordenação)
Glauce Midori Nakamura (Capa e Editoração Eletrônica)

Apresentação

Ao longo de sua história, a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná tem contribuído de maneira saliente com a produção acadêmica paranaense. Vários doutrinadores importantes compõem os quadros da Instituição, construindo um cabedal de vultosa produção de pensamento jurídico.

O sexto volume da Revista “Direito do Estado em Debate” representa a continuidade desta tradição e nasce dos esforços e da competência dos procuradores e colaboradores externos, componentes do Conselho Editorial e da Comissão Editorial, que possibilitaram uma publicação de qualidade indiscutível. Posso testemunhar o profissionalismo, o zelo e a sempre indispensável paixão com que a revista vem sendo conduzida, sendo marcante o rigoroso sistema de seleção dos artigos encaminhados para análise e a obstinação de todos por um constante aprimoramento da publicação.

Constata-se a atualidade dos temas discutidos e sua proximidade com os problemas vivenciados nas lides envolvendo interesses estatais, de maneira que os estudos, a um só tempo, importam às advocacias pública e privada.

Estamos certos que a publicação contribuirá para o enriquecimento da nossa produção doutrinária.

Curitiba, 20 de outubro de 2015.

Paulo Sérgio Rosso
Procurador-Geral do Estado do Paraná

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	----------

Paulo Sérgio Rosso

I – DOUTRINA

Sanções administrativas e sucessão empresarial:

o caso da Lei Anticorrupção

<i>The liability of companies' successors for administrative sanctions under the rules of the Brazilian Anti-Corruption Law</i>	11
---	-----------

Ubirajara Costódio Filho

Arbitragem e Administração Pública

<i>Arbitration and Public Administration</i>	47
--	-----------

Rafael Munhoz de Mello

A efetivação dos direitos sociais versus democracia

<i>The Effective Social Rights Versus Democracy</i>	83
---	-----------

Mércia Miranda Vasconcellos Cunha

e Amanda Querino dos Santos Barbosa

A importância do sistema de justiça para o desenvolvimento econômico

<i>The Importance of the System of Justice for Economic Development</i>	103
---	------------

Lara Bonemer Azevedo da Rocha

e Marcia Carla Pereira Ribeiro

ICMS ecológico: desafio da tributação ambiental	
<i>Ecological ICMS: Challenge of Environmental Taxation</i>	135
<i>Ana Lucia Mortari</i>	

Os conselhos profissionais e a lei de improbidade administrativa – limites da liberdade profissional e da autorregulação	
<i>The professional associations and the brazilian improbity act – limits of the professional freedom and the self-governance</i>	175
<i>Clóvis Alberto Bertolini de Pinho</i>	

II – JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Agravo Regimental n.º 830.155-5/04: execução dos efeitos patrimoniais da decisão concessiva de segurança	209
<i>Eron Freire dos Santos</i>	

III – PRODUÇÃO JURÍDICA DA PGE

1. Ação Rescisória	225
---------------------------------	-----